

# ***REVISÃO CRIMINAL DE INFRAÇÕES PENAIS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO PROCESSADAS PERANTE OS JUIZADOS ESPECIAIS DEVE SER AJUIZADA PERANTE AS RESPECTIVAS TURMAS RECURSAIS***

---

**LAURITA HILÁRIO VAZ**

*Ministra do Superior Tribunal de Justiça*

Antes de adentrar o interessante tema, a que me propus escrever, colaborando com essa valorosa obra jurídica, peço vênias para, em breves linhas, render minhas sinceras homenagens a esta grande mulher, inestimável colega de magistratura, brilhante jurista e nova amiga que aprendi a admirar e respeitar. A Desembargadora Jane Ribeiro Silva, que já havia construído uma sólida e imaculada carreira no Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, festejada no meio acadêmico, fez sacrifícios pessoais e aceitou o convite para atuar no Colendo Superior Tribunal de Justiça, permitindo a todos os que ainda não a conheciam partilhar de sua sabedoria. Seu trabalho, de reconhecida qualidade, foi desenvolvido sempre com incansável dedicação, comprometimento e, sobretudo, com inabalável consideração e respeito aos jurisdicionados. Ao longo desses quase dois anos de convivência, aprendi muito com Sua Excelência, por quem cultivei enorme carinho e admiração. Sua atuação jurisdicional naquela Corte Superior, cuja principal missão é a uniformização da interpretação do direito infraconstitucional, foi marcante e deixou inestimável contribuição para o aperfeiçoamento da jurisprudência nacional.

Como prometi ser breve, tenho que economizar na lista dos valorosos préstimos e virtudes da homenageada nesta obra e, por isso, termino aqui esse esboço do que significou a rápida, mas indelével passagem da Desembargadora Jane Ribeiro Silva pelo Superior Tribunal

de Justiça, passando, em seguida, ao tema proposto, extraído do precedente acima referido, por ela relatado.

A intrincada questão trazida à consideração do Superior Tribunal de Justiça foi deduzida no Conflito de Competência n.º 47.718/RS, suscitado pela Turma Recursal Criminal do Estado do Rio Grande do Sul em face do Tribunal de Justiça do mesmo Estado.

A controvérsia surgiu a partir do ajuizamento de revisão criminal perante a Corte Estadual gaúcha por agente que havia sido condenado pela prática do crime previsto no art. 147 do Código Penal - crime de menor potencial ofensivo -, o que resultara no processamento da respectiva ação penal perante o Juizado Especial Criminal.

O Tribunal de Justiça, contudo, declinara de sua competência para a Turma Recursal respectiva ao argumento de que não haveria hierarquia jurisdicional entre aquela Corte e o Juizado Especial.

O Colegiado suscitante, por sua vez, entendeu ser incompetente para julgar a ação revisional, na medida em que não haveria previsão legal específica para a formação de grupos de Turmas Recursais para processar o feito no âmbito dos Juizados Especiais, o que afrontaria o disposto no art. 624, § 2.º, do Código de Processo Penal. Outrossim, aduziu que não há expressa previsão legal para o ajuizamento de revisão criminal perante os Juizados Especiais.

Como costuma acontecer, toda alteração legislativa sistêmica, mormente a que promove mudanças significativas na estrutura judiciária, traz inevitavelmente efeitos colaterais, que podem ser traduzidos por incompatibilidades, distorções ou omissões. Os problemas vão aparecendo à medida que as modificações são implementadas e passam a fazer parte da vida no foro.

Dáí, ou bem o legislador remenda os buracos ou bem o juiz o faz, valendo-se da regra basilar do art. 4.º da Lei de Introdução ao Código

Civil: "Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito". No mesmo diapasão, dispõe o art. 3.º do Código de Processo Penal: "A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito".

Portanto, a solução da controvérsia levada à consideração do Superior Tribunal de Justiça deveria passar, necessariamente, pela extração da essência dos institutos envolvidos, com a inarredável preocupação de se preservar a lógica e o sentido do ordenamento jurídico, observadas as diretrizes constitucionais, tarefa árdua que demanda do juiz raciocínio lógico, sabedoria e bom senso, ingredientes que a Desembargadora Jane Ribeiro Silva combina como poucos.

A primeira questão prejudicial que se apresentou, portanto, era saber se no âmbito do Juizado Especial caberia ou não o ajuizamento de revisão criminal.

Ponderou, inicialmente, a douta Relatora ao examinar a questão "que, apesar de não encontrar expressa previsão legal, não há que se questionar acerca do cabimento da ação revisional no âmbito dos Juizados Especiais Criminais".

Com efeito, o voto condutor do julgado buscou arrimo para a assertiva na doutrina de escol de Ada Pellegrini Grinover, Antonio Magalhães Gomes Filho, Antonio Scarance Fernandes e Luiz Flávio Gomes, in "Juizados Especiais Criminais, Comentários à Lei 9.099, de 26.09.1995", 5.ed, p. 201, que prelecionam, *in verbis*:

"(...) quanto à revisão, a própria Lei 9.099/95 deixou implícita sua recepção, a excluir expressamente a rescisória nas pequenas causas civis (art. 59), sem semelhante disposição na parte criminal; (...)".

Ressaltou a Relatora que Sérgio de Oliveira Médici possui entendimento semelhante:

"A Constituição Federal de 1988, no art. 98, I, instituiu juizados especiais, com competência para o julgamento das infrações penais de menor potencial ofensivo.

A indicação destas infrações e as regras processuais, entretanto, foram estabelecidas pela Lei federal 9.099, de 26.09.1995, que não admite, expressamente, a ação rescisória nas causas cíveis sujeitas ao seu procedimento especial (art. 59).

(...).

Nada dispôs a referida lei a respeito da revisão criminal, razão pela qual o instituto tem indiscutível cabimento nas condenações, se configurada uma das hipóteses previstas nos artigos 621 e 626 do Código de Processo Penal. A exposição de motivos da Lei 9.099 é incisiva ao informar que "não se excluiu a revisão criminal".

(...).

Na verdade, a revisão não poderia ser excluída pela legislação ordinária, por se tratar, também, de garantia constitucional, que ampara o condenado nos casos de julgamento irreversível, se demonstrado o erro judiciário. Ou seja, somente um instrumento constitucional teria eficácia para afastar a coisa julgada, assegurada pela *Canamagna* (art. 5º, XXXVI).

(...). (in *Revisão Criminal*, Ed. RT, 2.ed., p. 176/179)."

Na mesma esteira, citou o entendimento de Guilherme de Souza Nucci, *in* "Código de Processo Penal Comentado", p. 966, no sentido de que é admissível revisão criminal de decisão condenatória proferida no âmbito do Juizado Especial Criminal:

"(...).

Nenhum dispositivo legal exclui essa possibilidade, o que, aliás encontra abrigo constitucional, pois todo condenado tem direito de rever julgado que o prejudicou por erro judiciário."

Concordamos com a magistrada e os festejados doutrinadores.

Pelo que se infere do art. 59 da Lei n.º 9.099/95, o legislador expressamente excluiu a ação revisional no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, ao dispor que "Não se admitirá ação rescisória nas causas sujeitas ao procedimento instituído por esta Lei". Tal restrição, no entanto, não foi implementada na esfera criminal, mesmo porque a revisão criminal, com esteio em vários princípios constitucionais, mormente o da dignidade da pessoa humana, é instrumento imprescindível para reparação de eventual erro judiciário.

Superada a primeira questão, resta o deslinde da segunda: qual o órgão jurisdicional competente para processar e julgar a revisão criminal que pretende atacar decisão proferida em ação penal que tramitou perante o Juizado Especial.

Ressaltou a Relatora que

"o ordenamento jurídico pátrio, ao se ater à revisão criminal, confere aos Tribunais a competência para dela tomar conhecimento quando julgado rescindendo houver sido proferido por ele próprio, salvo quando o trânsito em julgado ocorreu ainda em 1º Instância, oportunidade em que o respectivo Colegiado de 2.º Grau será competente para examiná-la. "

De fato, o Código de Processo Penal, ao tratar do processamento e julgamento da Revisão Criminal, sempre alude à atuação do respectivo "Tribunal". A propósito, confira-se o dispositivo legal, *in verbis*:

"Art. 624. As revisões criminais serão processadas e julgadas:

I - pelo Supremo Tribunal Federal, quanto às condenações por ele proferidas;

II - pelo Tribunal Federal de Recursos, Tribunais de Justiça ou de Alçada, nos demais casos.

§ 1.º No Supremo Tribunal Federal e no Tribunal Federal de Recursos o processo e julgamento obedecerão ao que for estabelecido no respectivo regimento interno.

§ 2.º Nos Tribunais de Justiça ou de Alçada, o julgamento será efetuado pelas câmaras ou turmas criminais, reunidas em sessão conjunta, quando houver mais de uma, e, no caso contrário, pelo tribunal pleno.

§ 3.º Nos tribunais onde houver quatro ou mais câmaras ou turmas criminais, poderão ser constituídos dois ou mais grupos de câmaras ou turmas para o julgamento de revisão, obedecido o que for estabelecido no respectivo regimento interno."

Preso à literalidade do dispositivo legal, o Suscitante argumentou que não haveria previsão legal específica para a formação de grupos de Turmas Recursais para processar o feito no âmbito dos Juizados Especiais, o que afrontaria o disposto no art. 624, § 2.º, do Código de Processo Penal.

Vale ressaltar, contudo, que a lei processual penal remonta ao ano de 1941, tendo sido a redação do artigo acima transcrito inserida pelo Decreto-lei n.º 504, de 18/03/1969, ou seja, quando sequer se cogitava da instituição dos Juizados Especiais, trazidos ao ordenamento jurídico brasileiro pelo art. 98, inciso I, e § 1.º, da Constituição Federal, e instituídos pela Lei n.º 9.099, de 26/09/1995 e pela Lei n.º 10.259, de 12/07/2001. A ausência de dispositivo legal expresso acaba por alimentar a dúvida.

A solução da controvérsia, assim, requer cuidadosa análise do modelo recursal vigente, a fim de que não seja malferida a coerência do sistema que se formou com a instituição dos Juizados Especiais Criminais, inovação que veio ao encontro da irretorquível necessidade de se abreviar a tramitação de processos cujos objetos estariam inseridos na definição de "infrações penais de menor potencial ofensivo".

Nessa perspectiva, o impulso natural seria justamente o de concluir pela manutenção da ação revisional no âmbito do próprio Juizado Especial, porquanto, com a devida vênia dos que entendem diferentemente, não faria muito sentido estabelecer um procedimento de rito sumaríssimo, conforme dispõe a atual redação do art. 394, inciso III, do Código de Processo Penal, e deslocar a ação de revisão de seus julgados para o Tribunal de Justiça. Se a idéia central é justamente desafogar a Justiça Comum, do ponto de vista pragmático, melhor solução não haveria, senão a de deixar a revisão criminal para o próprio Juizado Especial.

O voto condutor do julgado, de fato, assim decidiu:

"Apesar de se vincular administrativamente aos Tribunais de Justiça, os Juizados Especiais não o são jurisdicionalmente, salvo no que pertine ao habeas corpus, consoante decisão proferida pelo egrégio Supremo Tribunal Federal nos autos do HC 86.834/SP (Relator: Ministro Marco Aurélio; DJ de 09.03.2007, p. 26).

Portanto, mostra-se manifesta a incompetência da Justiça Comum para julgar ações referentes aos delitos apurados no estreito âmbito dos Juizados Especiais."

A Relatora faz alusão a entendimento consignado em dois precedentes que corroboram a tese sustentada no seu voto, de onde se extrai, respectivamente, que:

"A Eg. Terceira Seção, em consonância com o Plenário da Suprema Corte, consolidou o entendimento de que, por não haver vinculação jurisdicional entre Juízes das Turmas Recursais e o Tribunal local (de Justiça ou de Alçada) – assim entendido, porque a despeito da inegável hierarquia administrativo-funcional, as decisões proferidas pelo segundo grau de jurisdição da Justiça Especializada não se submetem à revisão por parte do respectivo Tribunal (...)" (STJ - CC 39.876/ PR, Relatora Ministra Laurita Vaz, Terceira Seção, DJ de 19/12/2003, p. 318).

"Pacífico o entendimento de que os Tribunais de Justiça não têm competência para rever as decisões proferidas pelos

Juizados Especiais. (precedentes)" (STJ Resp 470.673/RS, Relator Ministro José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ de 04/08/2003, p. 373)

A conclusão inarredável da eminente Relatora, portanto, é a de que, "como toda a ação penal que se discute correu perante Juizado Especial Criminal, há que se afastar de plano eventual competência do Tribunal de Justiça para conhecer da revisão criminal ajuizada pelo apenado".

Em igual sentido, o mencionado precedente relatado pelo eminente Ministro José Arnaldo da Fonseca:

"(...) Destaca-se que a revisão criminal, embora tenha por escopo modificar decisão judicial, não se consubstancia em recurso propriamente dito. Tanto é assim que, muitas vezes, o próprio órgão competente para julgar a revisão criminal, proferiu o julgamento original, objeto de revisão, não havendo, portanto, o efeito devolutivo normalmente atribuído aos recursos. Nesse passo, nos moldes preconizados na Constituição Federal, para competência do julgamento das revisões criminais, em que os órgãos de segunda instância possuem competência para conhecer de revisões criminais interpostas contra órgão jurisdicionais de primeira instância, e das suas próprias, deve-se concluir que, sendo as Turmas Recursais, órgãos de segunda instância dos Juizados Especiais, são competentes para julgar as revisões criminais de suas próprias decisões, à semelhança do que ocorre com o Supremo Tribunal Federal (art. 102, inciso I, alínea j da CF), com o Superior Tribunal de Justiça (art. 105, inciso I, alínea e da CF) e com os Tribunais Regionais Federais (art. 108, inciso I, alínea b da CF)."

Resolvida boa parte da controvérsia, restava ainda uma última questão a ser dirimida: se a competência para julgamento da revisão criminal é do Juizado Especial, como seria a formação do órgão julgador?

Recorrendo à analogia, a Relatora aduziu:

"ainda que não haja expressa previsão legal para julgamento de ações dessa natureza perante as Turmas Recursais, não vislumbro, assim como o ilustre Subprocurador-Geral da República, qualquer óbice para a utilização analógica do procedimento previsto no Código de Processo Penal".



E valeu-se, mais uma vez, dos ensinamentos de Guilherme de Souza Nucci na supracitada obra, p. 967, que, por sua vez, aponta o entendimento de Fernando da Costa Tourinho Neto no mesmo sentido, para elucidar a questão:

É bem claro, portanto, que o julgado prolatado no Juizado Especial Criminal ou mesmo pela Turma Recursal, deve ser submetido à revisão criminal no âmbito da Turma Recursal. É o entendimento de Fernando da Costa Tourinho Neto: 'Estou com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Cabe às Turmas Recursais proceder à revisão de suas decisões criminais e dos julgados dos Juizados Especiais.

É a interpretação mais consentânea e lógica' (Juizados Especiais Federais cíveis e criminais, p. 701)."

Ainda se levantou outro questionamento acerca da virtual impossibilidade de se compor um órgão colegiado qualificado para apreciar a ação revisional.

Na mesma linha de coerência e razoabilidade, consignou a douta Relatora:

"Segundo o Colegiado suscitante, não haveria meios de formar um grupo de Turmas Recursais, o que afrontaria o artigo 624, § 2.º do mencionado diploma legal.

Todavia, assim como bem esposado pelo douto representante do Parquet Estadual (fls. 400/405), há de ser encontrada uma solução harmônica para a quaestio, porquanto o que não poderia ocorrer seria o julgamento por Colegiado absolutamente incompetente, como o Tribunal de Justiça.

Ademais, caberá à Turma Recursal velar pela aplicação subsidiária do comando inserto no caput do artigo 625 da lei adjetiva penal, segundo o qual se impõe que o Relator seja Magistrado que não tenha proferido decisão em qualquer fase do processo.

Contudo, caso a composição daquele Colegiado impossibilite a perfeita obediência aos mencionados dispositivos legais, mostra-se viável, em tese, a convocação dos magistrados suplentes para tomar parte no julgamento, situação que, por

ora, solucionaria a controvérsia, resguardando-se, assim, o direito do agente de ver julgada sua ação revisional.

Portanto, a competência para julgar a revisão criminal em epígrafe é da Turma Recursal Criminal do Estado do Rio Grande do Sul."

De fato, nos termos do § 2.º do art. 624 do Código de Processo Penal, a composição do órgão julgador é qualificada, com a reunião de Turmas. Além disso, há de se observar a regra insculpida no art. 625 do mesmo *Codex*, que impede a participação de magistrado que tenha proferido decisão em qualquer fase do processo.

Conforme bem anotado no voto condutor do julgado, se porventura não houver a possibilidade de se compor, na localidade, o órgão julgador dentro das diretrizes legais acima referidas, deve-se buscar a convocação de juízes suplentes para a perfeita observância do regramento.

Conquanto tenha, por ocasião desse julgamento, acompanhado *in totum* o voto da eminente Relatora, não poderia deixar de ressaltar os bem lançados fundamentos do voto divergente, vencido na Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, da eminente Ministra Maria Thereza de Assis Moura, que ponderou:

"(...) a Carta Política confere competência recursal para as turmas recursais. Poder-se-ia pensar, contudo, que a disciplina da revisão criminal envolveria matéria de cunho processual a ser enfrentada, especificamente, pela legislação ordinária. Assim não nos parece, visto que o assunto é disciplinado em diversas passagens do Texto Maior, como no art. 102, I, j, no art. 105, I, e , e no art. 108, I, b. E, como bem lembrou a nobre relatora, citando a lição de Sérgio de Oliveira Médici, a revisão criminal reveste-se da natureza de garantia constitucional. Assim, tem-se que a Constituição Federal não cuidou do assunto em foco, de tal forma que, em seu âmbito, não foi criada norma especial.

(...)

É de se ter presente, sublinhe-se, o seguinte comando da Lei dos Juizados Especiais:

Art. 92. Aplicam-se subsidiariamente as disposições dos Códigos Penal e de Processo Penal, no que não forem incompatíveis com esta Lei.

Com base em tal artigo, os autores do anteprojeto da Lei 9.099/95, entenderam que a competência para apreciação da revisão criminal é do Tribunal de Justiça, verbis:

"Quanto à revisão criminal, deve prevalecer a regra geral de competência do art. 624, II, do CPP, que determina o seu julgamento pelos Tribunais de Justiça ou de Alçada." (Ada Pellegrini Grinover, Antonio Magalhães Gomes Filho, Antonio Scarance Fernandes e Luiz Flávio Gomes. Juizados especiais criminais. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Ed. RT, 2005, p. 2003).

Lembre-se, ademais, que competência é matéria que depende, para o seu reconhecimento, de estrita submissão ao princípio da legalidade. (...)

Logo, na ausência de norma específica, rendo em conta o art. 92 da Lei 9.099/95, segundo meu convencimento, a competência, na hipótese, é do Tribunal de Justiça, pois, é de se aplicar subsidiariamente o art. 624, II, do Código de Processo Penal."

Sem embargo do brilhantismo do voto proferido pela eminente Ministra Maria Thereza de Assis Moura, que foi acompanhada pelo eminente Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, perfilho o entendimento sufragado no voto vencedor da Relatora, do qual se podem extrair, afinal, as seguintes conclusões:

Embora não haja previsão expressa na legislação, é consenso doutrinário e jurisprudencial o cabimento de revisão criminal em face de decisão penal condenatória prolatada em Juizado Especial Criminal ou Turma Recursal, porquanto a ação revisional se presta a garantir a reparação de eventual erro judiciário na condenação, consubstanciando-se, com isso, em verdadeiro instrumento de defesa da dignidade da pessoa humana. Vale ressaltar, a propósito, que o legislador ordinário

vedou apenas a ação rescisória no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, silenciando acerca do Juizado Especial Criminal. E, em se tratando de ação amparada no princípio da ampla defesa, não cabe ao intérprete restringir quando não o fez o legislador.

O modelo insculpido na legislação pátria aponta para a competência dos órgãos de segunda instância para julgar as revisões criminais interpostas contra decisões de órgãos jurisdicionais de primeira instância e das suas próprias.

Os Tribunais de Justiça não têm competência recursal para rever decisões proferidas por Turmas Recursais do Juizado Especial, muito embora o Excelso Supremo Tribunal Federal tenha reconsiderado o entendimento anterior e apontado a competência da Corte Estadual para processar e julgar o *habeas corpus* de mesma origem (cf. HC 86.834/ sr, Relator Ministro Marco Aurélio, DJ de 09/03/2007), exsurgindo dessa exceção uma situação anômala.

Assim, a revisão criminal de infrações penais de menor potencial ofensivo processadas perante os Juizados Especiais deve ser ajuizada perante as respectivas Turmas Recursais, observadas as diretrizes de formação do órgão julgador qualificado, a teor dos arts. 624, § 2.º, e 625 do Código de Processo Penal.